

INSTRUÇÕES

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Provas, com páginas numeradas de **01** a **21**, é constituído de:

- uma **Prova Objetiva** com **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha, cada uma com **4 (quatro)** alternativas, assim distribuídas:

01 a 10 – Língua Portuguesa

11 a 15 – Informática

16 a 20 – Saneamento Básico

21 a 40 – Conhecimentos Específicos

- uma **Prova Discursiva (Redação)**.

2. Caso o Caderno de Provas esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.

3. Sobre a Marcação do Cartão de Respostas da Prova Objetiva

As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção. O Cartão de Respostas não será substituído por erro ou dano do candidato.

3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, pinte **completamente** o círculo correspondente.

Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa C seja a escolhida.

N.º da Questão
<input type="radio"/> A
<input type="radio"/> B
<input checked="" type="radio"/> C
<input type="radio"/> D

3.2. Marque apenas uma alternativa para cada questão.

3.3. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.

3.4. Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

4. Na elaboração da **Prova Discursiva**, poderá ser usada para rascunho a página 19 deste Caderno, mas o texto definitivo deverá ser transcrito na **Folha de Resposta**. Use caneta esferográfica de tinta **azul ou preta não porosa** fabricada em material transparente.

5. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.

6. Não haverá substituição do **CARTÃO DE RESPOSTAS** e da **FOLHA DE RESPOSTA** por erro do candidato.

7. A duração das provas é **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** e à transcrição do texto definitivo da **Prova Discursiva** para a **FOLHA DE RESPOSTA**.

8. Somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início das provas, o candidato, depois de entregar seu Caderno de Provas, seu Cartão de Respostas e sua Folha de Resposta, poderá retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando sua desistência do concurso.

9. Será permitida a saída de candidatos levando o Caderno de Provas somente **na última meia hora** de prova.

10. Na página **21** deste Caderno de Provas, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início das provas.

11. Após o término das provas, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS** e a **FOLHA DE RESPOSTA** devidamente assinados (nos espaços próprios) e preenchidos.

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: Leia o texto a seguir e responda às questões de 01 a 05.

Brainrot - o lixo que apodrece a mente

Este fenômeno, Brainrot, surgiu no auge dos animes e mangás, quando seus fãs passavam horas e horas consumindo conteúdos.

Brainrot ainda não faz parte dos termos médicos ou cientificamente reconhecidos, é, na verdade, um termo que vem sendo usado e ganhando popularidade na internet e nas redes sociais, é algo que diz respeito ao comportamento de consumir excessivamente conteúdos de baixa qualidade e até mesmo nocivos à saúde mental. A conexão está sempre direcionada à atualização de fenômenos negativos, ao lixo das redes.

Este fenômeno surgiu no auge dos animes e mangás, quando seus fãs passavam horas e horas consumindo conteúdos. Mais tarde isso evoluiu para outros interesses das redes sociais, sempre de baixa qualidade, geralmente tóxico para a saúde mental e para os relacionamentos.

Parece que nosso tempo perde-se literalmente entre os dedos. Enchemos ou preenchemos nossos dias com banalidades, com informações irrelevantes, muitas vezes falsas, ou pelo menos, duvidosas. Parecemos dominados e entregues ao lixo social. O pior é que passamos a viver essa realidade, trabalhamos para ela, somos sua criatura. Oferecemos o que nos é oferecido, damos o que recebemos. Tornamo-nos multiplicadores de lixo.

Vivemos esses momentos, que poderiam ser horas preciosas de vida, imersos num mundo tóxico, que nos aproxima do nada e nos distancia de todos. Pensamos lixo, vivemos lixo, nosso cérebro termina apodrecendo pelo lixo.

A cada dia que passa o Brainrot vem sendo mais tratado como um problema de saúde, visto que as pessoas envolvidas nesse tipo de comportamento manifestam sintomas psíquicos, como procrastinação, falta de concentração, ansiedade, isolamento social, depressão, além de problemas físicos. A mente passa a ser consumida por pensamentos repetitivos e obsessivos, muitas vezes relacionados a um determinado tema, atualmente muito comum o conteúdo ideológico.

Isso pode desencadear algo que se pode chamar de “vício cognitivo”, que leva a pessoa a ficar obcecada por determinado assunto e incapaz de pensar em outra coisa. Essa condição pode levar a uma sensação de exaustão mental e dificuldade de concentração em outras atividades.

Como se trata de um problema de saúde, há necessidade de busca de ajuda profissional, mas, infelizmente, a maioria das pessoas acometidas por esse mal não se veem doentes e aborrecem-se com aquelas que tentam lhe pontuar o problema. As poucas que percebem, entendem que precisam buscar informações de qualidade, usar parte de seu tempo em outras atividades, como práticas esportivas, cultura e lazer. Tornam-se convictas de que a vida não é apenas virtual, que precisam sair do mundo online e observar que há vida aqui fora.

Infelizmente estamos na era da internet, com disparos intermináveis de mensagens, muitas com conteúdos descontraídos, muita maldade dentro do que deveria ser saudável e útil, causando desentendimentos, desavenças, inimizades e grupos de pessoas divididos, considerando-se inimigos uns dos outros.

Infelizmente, isso já é presente e pode piorar no futuro, a não ser que façamos algo para prevenir a degradação dos tempos. Mas, o que fazer? Pelo menos, sejamos cabeças pensantes para tentar mudar essa história.

(ESTEVÃO, M. Disponível em: primeirapagina.com.br. Acesso em: 20/09/2024.)

QUESTÃO 01

A partir da leitura do texto, analise as afirmativas.

- I. O autor mostra-se desesperançado frente à avalanche de informações nas redes sociais, sentimento enfatizado pelo uso repetido do advérbio *infelizmente*.
- II. O uso constante da palavra *lixo* remete à postura do autor contra as informações irrelevantes, duvidosas, até tóxicas veiculadas nas redes sociais.
- III. Ansiedade, depressão, isolamento social podem ser manifestações de pessoas que se deixam consumir pelos conteúdos de baixa qualidade constantes das redes sociais.
- IV. Ao final do texto, o autor reconhece que o brainrot é fato tão presente e arraigado no mundo que não vê como solucioná-lo.
- V. O fato de o autor usar a primeira pessoa do plural no texto não o exime de ser pessoa que também está imersa nesse mundo, que também se reconhece vivenciando o brainrot.

Estão corretas as afirmativas

- [A] II, III e IV, apenas.
[B] I, II, III e V, apenas.
[C] I, III, IV e V, apenas.
[D] II, IV e V, apenas.

QUESTÃO 02

O pronome relativo estabelece relação de sentido entre palavras e trechos de um texto, substituindo-os e contribuindo para que haja coesão e progressão textual. Assinale o trecho em que a palavra *que* NÃO está usada como pronome relativo.

- [A] *Brainrot ainda não faz parte dos termos médicos ou cientificamente reconhecidos, é, na verdade, um termo que vem sendo usado e ganhando popularidade na internet e nas redes sociais [...].*
- [B] *Vivemos esses momentos, que poderiam ser horas preciosas de vida, imersos num mundo tóxico, que nos aproxima do nada e nos distancia de todos.*
- [C] *Isso pode desencadear algo que se pode chamar de “vício cognitivo”, que leva a pessoa a ficar obcecada por determinado assunto e incapaz de pensar em outra coisa.*
- [D] *Tornam-se convictas de que a vida não é apenas virtual, que precisam sair do mundo online e observar que há vida aqui fora.*

QUESTÃO 03

O conector *como* pode estabelecer várias relações de sentido entre palavras e trechos de um texto. No trecho *Como se trata de um problema de saúde, há necessidade de busca de ajuda profissional*, qual o sentido desse conector?

- [A] Consequência
[B] Comparação
[C] Causa
[D] Conformidade

QUESTÃO 04

Um dos principais processos de formação de palavras na língua portuguesa denomina-se derivação pelo qual cria-se uma nova palavra com significação própria a partir principalmente da junção de afixos. Assinale a alternativa que apresenta palavras desse texto formadas unicamente por derivação sufixal.

- [A] *popularidade – desentendimentos*
[B] *literalmente – infelizmente*
[C] *atualização – realidade*
[D] *irrelevantes – dificuldade*

QUESTÃO 05

O pronome demonstrativo é um elemento coesivo muito presente também nesse texto. Assinale V para a afirmativa em que a relação de sentido apresentada está correta e F para a que está incorreta.

- () *Este fenômeno* (parágrafo 2) retoma *algo que diz respeito ao comportamento de consumir excessivamente conteúdos de baixa qualidade e até mesmo nocivos à saúde mental.*
- () *esses momentos* (parágrafo 4) retoma *Enchemos ou preenchemos nossos dias com banalidades, com informações irrelevantes, muitas vezes falsas, ou pelo menos, duvidosas.*
- () *nesse tipo de comportamento* (parágrafo 5) retoma *sintomas psíquicos, como procrastinação, falta de concentração, ansiedade, isolamento social, depressão, além de problemas físicos.*
- () *Isso* (parágrafo 6) retoma *A mente passa a ser consumida por pensamentos repetitivos e obsessivos, muitas vezes relacionados a um determinado tema, atualmente muito comum o conteúdo ideológico.*

Marque a sequência correta.

- [A] V, V, F, V
- [B] V, F, F, V
- [C] F, V, V, F
- [D] F, F, V, F

Instrução: Leia o texto e responda às questões 06 e 07.



QUESTÃO 06

A respeito do texto, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] Constitui uma propaganda institucional, pois que apresenta caráter social, construindo uma imagem positiva, no caso, para o Governo de Mato Grosso.
- [B] Na frase à esquerda, está retratada uma condição para que ocorra acolhimento do Governo de Mato Grosso a mulheres.
- [C] Na frase à esquerda, o interlocutor é chamado de você, mas o pronome oblíquo (te) refere-se à segunda pessoa, o que constitui uma incoerência.
- [D] Integra uma campanha socioeducativa, expõe uma causa social, com a intenção de informar o público sobre consequências da violência doméstica.

QUESTÃO 07

A frase NÃO É NÃO, referente à situação de violência contra a mulher, indica que

- [A] a recusa de uma mulher deve ser respeitada.
- [B] a mulher faz charme antes de aceitar.
- [C] a recusa de uma mulher não necessariamente é verdadeira.
- [D] a mulher não gosta de aceitar de pronto a investida masculina.

Instrução: Leia trechos a seguir do texto Oniomania - O prazer de comprar e responda às questões de 08 a 10.

Oniomania é o nome dado ao comportamento compulsivo de comprar, ou seja, oniomania é o mesmo que transtorno de compra compulsiva ou transtorno compulsivo de comprar. É um quadro patológico que se caracteriza por uma compulsão recorrente de compras, é o ato de comprar bens materiais, geralmente sem qualquer necessidade disso, trata-se apenas do comprar por comprar.

É uma alteração comportamental que diz respeito ao consumo desenfreado e incontrolável. Apenas o desejo de adquirir bens compulsivamente, culminando com problemas financeiros e desajustes na relação conjugal, familiar e social. Os problemas maiores vêm depois de alguns ou inúmeros episódios de compras. Antes é apenas prazer e sensação de alívio, depois vêm ansiedade, arrependimento e sentimento de culpa. Isso porque a satisfação logo desaparece e dá lugar ao sentimento de incapacidade de conter o comportamento compulsivo por compras desnecessárias.

[...]

A oniomania é um transtorno comportamental que tem tratamento, psicológico e psiquiátrico. Há também a possibilidade de obter benefícios através de grupos de apoio, compartilhando testemunhos e meios de enfrentamento. Isso tudo visa à percepção do oniomaníaco no sentido de reconhecer e modificar seus padrões de pensamento e comportamento.

(ESTEVÃO, M. Disponível em: primeirapagina.com.br. Acesso em: 19/11/2024.)

QUESTÃO 08

Assinale o trecho que **NÃO** configura consequência do comportamento apresentado no texto.

- [A] *ansiedade, arrependimento e sentimento de culpa.*
- [B] *reconhecer e modificar seus padrões de pensamento e comportamento.*
- [C] *problemas financeiros e desajustes na relação conjugal, familiar e social.*
- [D] *sentimento de incapacidade de conter o comportamento compulsivo por compras desnecessárias.*

QUESTÃO 09

Tome a frase: *Há também a possibilidade de obter benefícios através de grupos de apoio, compartilhando testemunhos e meios de enfrentamento.* Assinale a reescritura da frase que mantém coesão, coerência e correção gramatical.

- [A] Obter benefícios por meio dos grupos de apoio, compartilhando testemunhos e meios de enfrentamento, é possível.
- [B] A possibilidade de obter benefícios através de grupos de apoio existe, embora compartilhem testemunhos e meios de enfrentamento.
- [C] Compartilhar testemunho e meios de enfrentamento em grupos de apoio é possível para obter benefícios.
- [D] Através de grupos de apoio, onde se pode compartilhar testemunhos e meios de enfrentamento, há possibilidade.

QUESTÃO 10

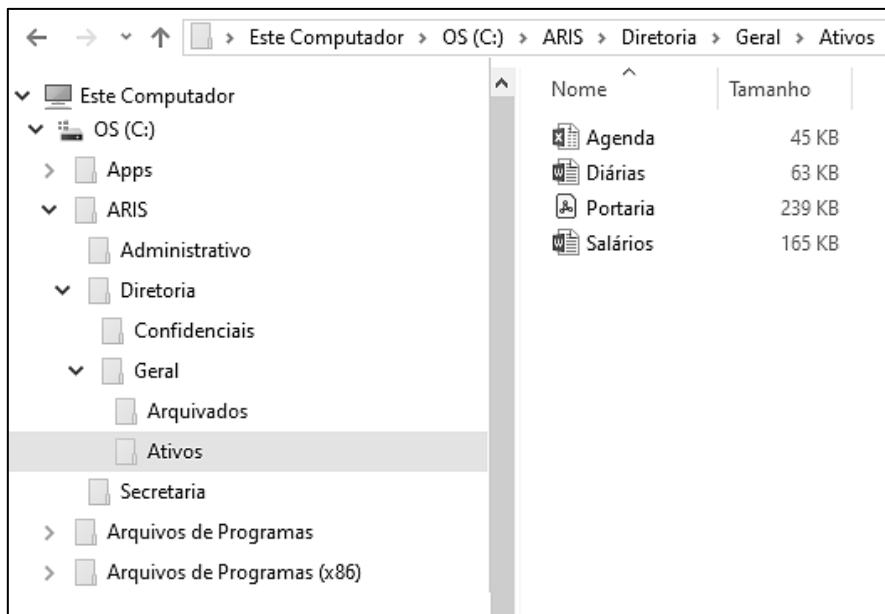
As formas verbais *vêm, desaparece e dá* (parágrafo 2) estão no tempo presente do indicativo. Se estivessem no futuro do pretérito, na mesma pessoa em que estão no texto, ficariam

- [A] *virem, desaparecia, daria.*
- [B] *virá, desaparecerá, darão.*
- [C] *viria, desapareceriam, darão.*
- [D] *viriam, desapareceria, daria.*

INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

A figura abaixo ilustra o Explorador de Arquivos do Windows com a pasta Ativos selecionada (lado esquerdo).



Sobre a figura, analise as afirmativas.

- I. A pasta Arquivados é conteúdo da pasta Geral e não possui qualquer pasta (subpasta) em seu conteúdo.
- II. Os arquivos armazenados na pasta Ativos, que está selecionada, ocupam espaço superior a 500 megabytes.
- III. As pastas Diretoria e Secretaria são conteúdos (subpastas) da pasta Administrativo.
- IV. A pasta Ativos, que está selecionada, possui apenas 4 (quatro) arquivos em seu conteúdo, mas nenhuma pasta.

Estão corretas as afirmativas

- [A] II e III, apenas.
[B] I, II e IV, apenas.
[C] I e IV, apenas.
[D] I, II, III e IV.

QUESTÃO 12

Preencha as lacunas identificadas de I a IV com os termos corretos de acordo com a descrição de cada código malicioso (malware).

- I : projetado para monitorar as atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros - keylogger, screenlogger, adware e stalkerware são tipos específicos.
- II : além de executar as funções para as quais foi aparentemente projetado, também executa outras funções, normalmente maliciosas, e sem o conhecimento do usuário.
- III : permite o retorno de um invasor a um dispositivo comprometido, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados para esta finalidade.
- IV : propaga-se automaticamente pelas redes, explorando vulnerabilidades nos sistemas e aplicativos instalados e enviando cópias de si mesmo de dispositivo para dispositivo.

Assinale a associação correta.

- [A] I- Backdoor, II-Trojan, III-Spyware, IV-Worm.
[B] I-Spyware, II-Trojan, III-Backdoor, IV-Worm.
[C] I-Spyware, II-Worm, III-Backdoor, IV-Trojan.
[D] I- Backdoor, II-Trojan, III-Worm, IV-Spyware.

QUESTÃO 13

Sobre dispositivos de armazenamento de dados, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

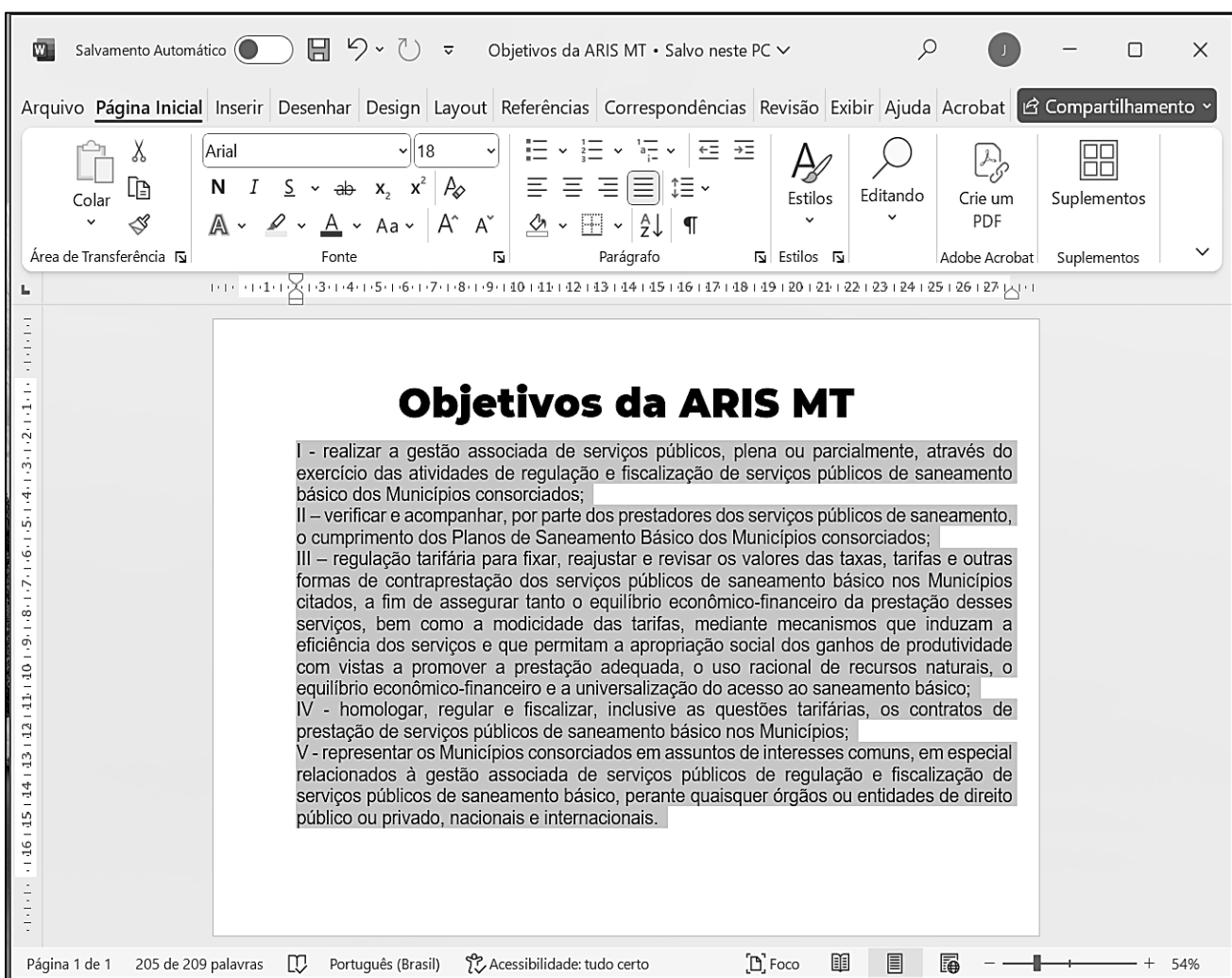
- () A memória principal, geralmente, é mais rápida que a memória cache.
- () O pen drive utiliza tecnologia de memória flash do tipo NAND.
- () Os Registradores são memórias mais lentas que a RAM (Random Access Memory).
- () O SSD (Solid State Drive) possui melhor desempenho que o HDD (Hard Disk Drive).

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, V, F
- [B] F, V, F, V
- [C] V, F, F, V
- [D] F, V, V, F

QUESTÃO 14

A figura abaixo apresenta um documento do Microsoft Word, em sua configuração padrão de instalação (idioma português), contendo uma página com um bloco de texto selecionado.



Sobre a figura, analise as afirmativas.

- I. O título do texto está formatado com a fonte Arial, tamanho 18, alinhamento justificado.
- II. Nas configurações de página, a orientação selecionada para o documento é Paisagem.
- III. O recuo de primeira linha do bloco de texto selecionado está configurado para 0 (zero) cm.
- IV. A opção de alinhamento de parágrafo para o bloco de texto selecionado é Esquerda.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] I e IV, apenas.
- [C] I, II, III e IV.
- [D] II e III, apenas.

QUESTÃO 15

A Figura 1 apresenta uma planilha do Microsoft Excel no momento em que o conteúdo da célula D3 está sendo copiado e colado (arrastado) sobre o intervalo de células D4:D7, e a Figura 2 apresenta a mesma planilha após o resultado dessa ação.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Consumo de Água Mensal					Tabela			
2	Nome	Consumo (m³)	Tipo	Valor		Tipo	Classificação	Valor por m³	
3	João	54	1	R\$ 270,00		1	Comercial	R\$ 5,00	
4	José	19	2			2	Não Comercial	R\$ 3,00	
5	Maria	62	1						
6	Pedro	120	1						
7	Ana	14	2						
8									

Figura 1

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Consumo de Água Mensal					Tabela			
2	Nome	Consumo (m³)	Tipo	Valor		Tipo	Classificação	Valor por m³	
3	João	54	1	R\$ 270,00		1	Comercial	R\$ 5,00	
4	José	19	2	R\$ 57,00		2	Não Comercial	R\$ 3,00	
5	Maria	62	1	R\$ 310,00					
6	Pedro	120	1	R\$ 600,00					
7	Ana	14	2	R\$ 42,00					
8									

Figura 2

De acordo com as figuras e considerando o contexto das informações apresentadas na planilha, qual a fórmula contida na célula D3 para que os resultados mostrados na Figura 2 sejam produzidos?

- [A] =SE(C3=1;B3*H\$3;B3*H\$4)
- [B] =SE(C3=1;B3*H3;B3*H4)
- [C] =SE(C3=1;B3*H\$4;B3*H\$3)
- [D] =SE(C3=1; B3*H4; B3*H3)

SANEAMENTO BÁSICO

QUESTÃO 16

A Lei n.º 11.445/2007 alterada determina que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de determinados serviços. Marque V para os serviços previstos pela Lei e F para os não previstos.

- () 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável, metas quantitativas de não intermitência do abastecimento.
- () 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos.
- () 90% (noventa por cento) da população com água potável, metas quantitativas de não intermitência do abastecimento.
- () 80% (oitenta por cento) da população com coleta e tratamento de esgoto.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, F
- [B] V, F, F, V
- [C] F, V, V, F
- [D] F, F, V, V

QUESTÃO 17

Sobre os princípios fundamentais da prestação dos serviços de saneamento básico, considere:

- I. Universalização do acesso e efetiva prestação do serviço.
- II. Eficiência e sustentabilidade econômica.
- III. O Governo estadual é o titular dos serviços de saneamento básico.
- IV. O controle social da prestação dos serviços de saneamento básico é competência da Secretaria Estadual de Infraestrutura.

São princípios fundamentais:

- [A] III e IV.
[B] II e IV.
[C] I e III.
[D] I e II.

QUESTÃO 18

A Regulação dos Serviços de Saneamento Básico é obrigatória, tanto para prestação direta pelo titular quanto para prestação indireta sob qualquer modalidade. Sobre essa regulação, é correto afirmar:

- [A] O Titular criará obrigatoriamente a sua própria Agência reguladora dos serviços.
[B] O Titular não pode contratar agência reguladora existente sem a anuência do Concessionário.
[C] Poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora, e o ato de delegação explicitará a forma de atuação e abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.
[D] O Concessionário escolherá agência reguladora podendo conveniar com Agências de outros estados.

QUESTÃO 19

Quanto aos tipos de sistemas de esgotamento, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Separador absoluto - conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar exclusivamente esgoto sanitário.
() Unitário - conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais.
() Unitário tempo seco - conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar esgoto sanitário e águas pluviais com capacidade mínima que comporte a vazão do coletor durante períodos de estiagem.
() Unitário tempo seco - conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário durante o período de chuva.

Marque a sequência correta.

- [A] V, F, V, F
[B] V, F, F, V
[C] V, V, V, F
[D] F, V, F, V

QUESTÃO 20

A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos, é sujeita a

- [A] Licença Ambiental Única.
[B] Outorga de direito de uso.
[C] Cadastro Ambiental.
[D] Licença de exploração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

QUESTÃO 21

Por ocasião da conclusão do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.135/DF em 06/11/2024, o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, declarou constitucional o rito legislativo de aprovação pelo Congresso Nacional de dispositivo (art. 39 *caput*) alterado pela Reforma Administrativa (Emenda Constitucional nº 19/1998), que suprimiu da Constituição Federal a obrigação de instituição pelos entes federativos, em seus respectivos âmbitos, de Regime Jurídico Único (RJU) para os servidores públicos da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. À vista disso, restou revogada a medida cautelar concedida em 2007, que havia determinado a suspensão dos efeitos da redação reformada.

(Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=11299>. Acesso em: 04 mar. 2025.)

Sobre os efeitos produzidos pelo referido julgamento, é correto afirmar:

- [A] Os entes públicos deverão realizar concurso público para selecionar servidores, mesmo que optem por contratá-los com base na legislação trabalhista, o que assegura aos contratados a estabilidade provisória no emprego público.
- [B] O Tribunal julgou improcedente o pedido formulado na ADI e, tendo em vista o largo lapso temporal desde o deferimento da cautelar, atribuiu eficácia para o futuro à decisão.
- [C] Em razão da eficácia atribuída ao julgamento pelo Tribunal, a declaração de constitucionalidade do texto aprovado pela Emenda Constitucional nº 19/1998 produz efeitos retroativos.
- [D] Os entes públicos poderão editar leis para disciplinar a admissão de servidores pelos dois regimes, estatutário e celetista, bem como transmutar de regime os atuais servidores.

QUESTÃO 22

Considerando as disposições constitucionais acerca do processo legislativo de emendas à Constituição, analise as afirmativas.

- I. A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, desde que haja manifestação da maioria absoluta dos membros de cada uma delas.
- II. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- III. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de calamidade pública em âmbito nacional, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- IV. A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II e IV, apenas.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I e III, apenas.
- [D] II e IV, apenas.

QUESTÃO 23

Com base nas normas constitucionais aplicáveis aos Municípios e aos membros dos poderes municipais constituídos, assinale a afirmativa correta.

- [A] O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício máximo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios e preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
- [B] O total da despesa com a remuneração dos Vereadores e dos servidores da Câmara Municipal, excluídos os inativos, não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita tributária do Município.
- [C] É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- [D] É de competência do respectivo Tribunal de Justiça processar e julgar ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público do Estado em face de Prefeito Municipal.

QUESTÃO 24

Em relação ao regime constitucional dos precatórios previsto no texto reformado da Constituição de 1988, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para o pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária.
- () É vedado o fracionamento dos pagamentos de débitos de natureza alimentícia em favor de titulares com idade superior a 60 (sessenta) anos, ou acometidos de doença grave ou com deficiência, quando os valores de seus créditos ultrapassarem o teto definido em lei para quitação com preferência sobre todos os demais débitos.
- () A legislação própria de cada ente da Federação, definidora de obrigações de pequeno valor, deverá fixar um valor único para todas as entidades de direito público por ela abrangidas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.
- () É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, F, V
- [B] F, V, V, F
- [C] V, F, V, V
- [D] F, V, F, F

QUESTÃO 25

De acordo com as disposições constitucionais sobre a usucapião especial urbana, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] É forma de aquisição de propriedade por quem detém a posse, sem oposição, nem interrupção, de área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, utilizando-a para moradia, desde que não detenha outro imóvel urbano ou rural.
- [B] É um importante instrumento de política urbana, que visa atender à função social da propriedade e garantir o direito à moradia, mas tal direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- [C] Os imóveis públicos não serão adquiridos por meio da usucapião especial urbana.
- [D] O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, desde que conviventes ou casados.

Direito Administrativo

QUESTÃO 26

Considere a seguinte situação hipotética:

Concluída a fase preparatória de um processo licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na área de topografia, destinados aos Municípios integrantes de determinado Consórcio Público Intermunicipal, a autoridade competente determinou a adoção das providências para dar publicidade ao edital de licitação.

Neste caso, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), é obrigatória

- [A] a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do ente de maior nível entre os consorciados, bem como em jornal diário de grande circulação.
- [B] a publicação de extrato do edital no Diário Oficial de todos os entes consorciados, bem como em jornal diário de grande circulação.
- [C] a publicação de extrato do edital no Diário Oficial de todos os entes consorciados, além de ser facultada a divulgação em jornal diário de grande circulação.
- [D] a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do ente de maior nível entre os consorciados, além de ser facultada a divulgação em jornal diário de grande circulação.

QUESTÃO 27

Em consonância com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratos administrativos, analise as afirmativas quanto aos impedimentos para participação nas licitações e na execução de contratos, direta ou indiretamente.

- I. Está impedida de disputar a licitação a pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, apenada por sanção que a impossibilite de participar do certame, o que também se aplica à sua controladora, controlada ou coligada, desde que seja comprovado o ilícito, com o intuito de burlar a efetividade da sanção aplicada.
- II. Está impedido de disputar licitação ou participar da execução de contrato aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, mas não se exige que tal proibição conste expressamente do edital de licitação.
- III. Está impedida de disputar licitação ou participar da execução de contrato a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, excetuada, a critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a participação no apoio das atividades de planejamento da contratação, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- IV. Está impedida de disputar licitação ou participar da execução de contrato a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada, por sentença judicial transitada em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II, III e IV.
[B] I, III e IV, apenas.
[C] II e IV, apenas.
[D] I e III, apenas.

QUESTÃO 28

Leia o excerto sobre servidão pública ou administrativa.

O instituto da *servidão*, cuja estruturação é originária do direito privado, é, na verdade, uma **categoria jurídica**, pois é existente também no direito público (embora com suas peculiaridades), mas sempre significando sujeição a uma utilidade ou permissão instituída de forma estável para o direito, em benefício de outrem que não o proprietário do bem que suporta tal restrição, mas obviamente e em qualquer caso da *servidão administrativa*, sem que se aniquile a utilização dessa propriedade por seu proprietário, o que configuraria caso típico de desapropriação.

(ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018.)

Considerando os ditames do direito administrativo acerca do referido instituto jurídico, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A servidão administrativa é ônus real de uso, imposto pela Administração à propriedade particular, para assegurar a realização e conservação de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, exigindo-se, em qualquer caso, o pagamento de indenização.
- () Se a servidão administrativa for instituída diretamente por lei, não é necessário realizar qualquer outro ato jurídico unilateral ou bilateral para que o ônus real atinja determinados bens ou série de bens.
- () Nos casos de servidão constituída por acordo extrajudicial, precedido de declaração de utilidade pública de bem determinado, ou decorrente de sentença judicial, o ônus real se efetiva mediante inscrição no Registro de Imóveis competente, para conhecimento e validade *erga omnes*.
- () A característica de perpetuidade das servidões administrativas obsta a sua extinção, mesmo quando a coisa dominante for desafetada de sua finalidade pública ou quando o bem gravado for expropriado pela entidade pública que a instituiu.

Assinale a sequência correta.

- [A] F, V, V, F
[B] F, F, V, F
[C] V, F, F, V
[D] V, V, F, V

QUESTÃO 29

Sobre o contrato de programa previsto na Lei nº 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] O contrato de programa é o instrumento por meio do qual deverão ser constituídas e reguladas, como condição de validade, as obrigações assumidas por ente da federação para com consórcio público no âmbito da gestão associada em que haja prestação de serviços públicos.
- [B] É nula a cláusula de contrato de programa que atribuir ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados.
- [C] Cessa a vigência do contrato de programa quando extinto o consórcio público ou o convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos.
- [D] Mediante previsão do contrato de consórcio público, ou de convênio de cooperação, o contrato de programa poderá ser celebrado por entidades de direito público ou privado que integrem a administração indireta de qualquer dos entes da federação consorciados ou conveniados.

QUESTÃO 30

No tocante ao princípio da publicidade aplicável à administração pública, o artigo 37 *caput* e § 1º da Constituição Federal prescrevem:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Segundo a redação atualizada da Lei nº 8.429/1992, a prática de ato de publicidade em desacordo com a norma constitucional (§ 1º do art. 37) constitui ato de improbidade administrativa sujeito às seguintes cominações:

- [A] Sem prejuízo do ressarcimento integral do dano patrimonial, se houver, o responsável está sujeito à perda da função pública, pagamento de multa civil de até 12 (doze) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.
- [B] Sem prejuízo do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, o responsável está sujeito à suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 3 (três) anos.
- [C] Sem prejuízo do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, o responsável está sujeito ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.
- [D] Sem prejuízo do ressarcimento integral do dano patrimonial, se houver, o responsável está sujeito à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até 12 (doze) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 3 (três) anos.

Direito Financeiro

Instrução: Leia o excerto de artigo jurídico para responder às questões 31 e 32.

J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis ressaltam que há uma profunda diferença entre os créditos adicionais e as técnicas de transposição, remanejamento e transferência de recursos orçamentários. No caso dos créditos adicionais, o fator determinante é a *necessidade da existência de recursos*; para as demais alterações, é a *reprogramação por repriorização das ações* o motivo que indicará como se materializarão. Esses autores apontam quatro motivos que podem dar origem aos créditos adicionais: a) variações de preço de mercado dos bens e serviços a serem adquiridos para consumo imediato ou futuro; b) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais; c) omissões orçamentárias; d) fatos que independem da ação volitiva do gestor. Por outro lado, os remanejamentos, transposições e transferências de recursos de uma dotação para outra ou de um órgão para outro terão sempre um único motivo: repriorizações das ações governamentais.

(FURTADO, José de Ribamar Caldas. Créditos adicionais *versus* transposição, remanejamento ou transferência de recursos. Revista do TCU 106, out/dez 2005.)

QUESTÃO 31

O texto aborda os motivos que podem originar os créditos adicionais. Sobre esse tema, a Constituição Federal vigente contém normas específicas ao dispor sobre os orçamentos públicos. Com base nessas disposições constitucionais, assinale a afirmativa correta.

- [A] A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos especiais.
- [B] Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, sendo vedada a sua reabertura para incorporação ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- [C] É vedada a abertura de créditos especiais e extraordinários sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- [D] Os recursos que, em decorrência de alterações no projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

QUESTÃO 32

As mencionadas técnicas de transposição, remanejamento e transferência de recursos orçamentários, embora, conforme o texto, indiquem realocações de tais recursos fundadas em um único motivo, contêm significados distintos. Considerando a distinção conceitual entre esses termos, é correto afirmar:

- [A] Remanejamentos são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão; transposições são realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro; transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.
- [B] Remanejamentos são realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro; transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão; transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.
- [C] Remanejamentos são realocações na organização de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho; transposições são realocações de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro; transferências são realocações de recursos no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.
- [D] Remanejamentos são realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro; transposições são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho; transferências são realocações de recursos no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.

QUESTÃO 33

Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam aos requisitos legais. Neste sentido, constituem condição prévia para empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras,

- [A] a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- [B] a avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano anterior e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- [C] a avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano anterior e da evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativo.
- [D] a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e a avaliação da evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativo.

QUESTÃO 34

De acordo com as normas gerais sobre dívida pública e endividamento previstas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Lei nº 4.320/1964, conhecida como Lei Geral de Orçamentos, analise as afirmativas.

- I. A dívida pública consolidada ou fundada é definida como montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo igual ou superior a doze meses.
- II. Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites fixados para o montante dessa dívida.
- III. A dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.
- IV. O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, III e IV, apenas.
- [B] I, II e III, apenas.
- [C] II, III e IV, apenas.
- [D] II e IV, apenas.

QUESTÃO 35

O artigo 31 da Constituição Federal prescreve:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Tendo em vista as normas gerais previstas na Lei nº 4.320/1964, que versam sobre o controle interno da execução orçamentária, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, caberá o controle do cumprimento do programa de trabalho em relação aos dispêndios financeiros e à realização de obras e prestação de serviços.
- [B] A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.
- [C] Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.
- [D] Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas quadrimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.

Direito Ambiental e Urbanístico

Instrução: Leia o excerto de artigo jurídico para responder às questões 36 e 37.

Ao problema da escassez de água, causada pelos impactos das alterações climáticas, da falta de investimento público, da má distribuição hídrica e da gestão inadequada se adiciona ao processo o fenômeno da mercantilização hídrica, o que implica a transformação da água de um bem comum, do qual todos poderiam usufruir sem restrição, para um bem claramente econômico. No Brasil, de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, é possível extrair o seguinte: “(...) I - a água é um bem de domínio público; II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico”. Nesse sentido, no Brasil, o tratamento normativo da água apresenta um caráter dualístico, qual seja, é um elemento considerado de domínio público como, também, dotado de valor econômico. É preciso lembrar, também, que a Constituição Federal de 1988 coloca como bem da União, o que significa que é bem público, os corpos de água, rios, lagos, água subterrânea, mar.

Em outra esfera, a autora indiana Vandana Shiva, há tempos, já alertava que, à medida que a população mundial aumentasse, intensificar-se-ia, diametralmente, a demanda por recursos hídricos. E, nessa mesma esteira, a autora argumentava que tratar a água como uma mercadoria em vez de um bem comum prejudica o acesso público e a equidade, levando a problemas sociais e ambientais significativos. Assim, a privatização dos serviços de água, geralmente leva ao aumento dos preços e à redução do acesso em comunidades marginalizadas e/ou grupos considerados vulneráveis, priorizando o lucro em detrimento da sobrevivência dos indivíduos e exacerbando desigualdades.

(CENCI, Daniel Rubens; TONEL, Rodrigo. Drenando desigualdades: uma análise do direito humano à água e saneamento básico nas áreas urbanas brasileiras R. Bras. de Dir. Urbanístico – RBDU | Belo Horizonte, ano 10, n. 19, p. 143-164, jul./dez. 2024.)

QUESTÃO 36

Os autores citam dois fundamentos (incisos I e II do artigo 1º) da Política Nacional de Recursos Hídricos instituída pela Lei nº 9.433/1997. Sobre os demais fundamentos erigidos pelo referido diploma legal, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.
- () A gestão dos recursos hídricos deve sempre compatibilizar o uso múltiplo das águas com o uso privativo por setores econômicos considerados relevantes.
- () A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- () A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Assinale a sequência correta.

- [A] F, V, V, F
- [B] F, V, F, F
- [C] V, F, F, V
- [D] V, F, V, V

QUESTÃO 37

O texto aborda o valor econômico atribuído à água. Com base nas disposições da Lei nº 9.433/1997 acerca da cobrança pelo uso de recursos hídricos, assinale a afirmativa correta.

- [A] Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente no custeio de projetos de pesquisa com interesse nessa área gerenciados por entidades federais de ensino e pesquisa.
- [B] Em lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, para fixação dos valores a serem cobrados, devem ser observados o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do afluente.
- [C] Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica deliberar se a outorga de direitos de uso de recursos hídricos será submetida à cobrança ou será beneficiada por isenção.
- [D] É vedada a utilização dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos para pagamento de despesas de custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

QUESTÃO 38

Segundo a Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, uma das diretrizes gerais da política urbana é a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (art. 2º, inciso I).

Um dos instrumentos previstos na legislação urbanística para dar efetividade às suas diretrizes é o estabelecimento de consórcio imobiliário. Com base nas disposições legais vigentes acerca do referido instituto, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] O valor das unidades imobiliárias a serem incorporadas ao patrimônio público será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.
- [B] Será facultado pelo poder público municipal ao proprietário da área não edificada, subutilizada ou não utilizada, incluída no plano diretor, para a qual lei municipal específica determine o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano, ou objeto de regularização fundiária, como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.
- [C] É considerado como forma de viabilização de planos de urbanização, de regularização fundiária ou de reforma, conservação ou construção de edificação por meio da qual o proprietário transfere ao poder público municipal seu imóvel para a realização das obras que resultarão em unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.
- [D] A instauração do consórcio por proprietários que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou por seus sucessores, não os eximirá das responsabilidades administrativa, civil ou criminal.

QUESTÃO 39

Considere o seguinte caso concreto:

Trata-se de Ação Civil Pública, proposta em 21.1.2005 pelo Ministério Público Estadual e pelo Estado de Minas Gerais contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e processada perante a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais; admitido o ingresso da União Federal como litisconsorte passivo.

Requereu-se, na ocasião do ajuizamento, a suspensão da audiência pública designada pelo IBAMA para o dia 25.01.05, em Belo Horizonte - onde seria discutido o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referente ao ‘Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional’ -, além do impedimento de designação de outras audiências públicas para o mesmo fim, bem como da conclusão do procedimento de licenciamento ambiental, enquanto não proferido julgamento de mérito da ação. (*texto adaptado do portal do Poder Judiciário*).

Com base nas disposições normativas acerca da competência para processar e julgar o referido caso, é correto afirmar:

- [A] A ação deve ser enviada ao respectivo Tribunal Regional Federal, em razão de sua competência para causas que envolvam projeto de infraestrutura com impactos ambientais de âmbito regional.
- [B] A ação deve ser enviada ao Superior Tribunal de Justiça, em razão de sua competência para causas que envolvam projeto de infraestrutura com impactos ambientais em diferentes regiões do País.
- [C] A ação deve ser enviada ao Supremo Tribunal Federal, em razão de sua competência originária para causas que tenham por objeto um conflito substancial de interesses entre a União e um Estado da Federação.
- [D] A ação deve ser julgada em primeira instância pelo Juízo Federal de Belo Horizonte/MG, em razão do critério da prevenção.

QUESTÃO 40

Analise a seguinte situação hipotética:

Para fins de construção e funcionamento de uma Usina de Tratamento de Esgoto (UTE), a entidade municipal responsável pela obra obteve o licenciamento ambiental junto ao órgão estadual competente. Por meio de notícia veiculada na imprensa, foi apresentada uma denúncia de infração ambiental cometida pela gestão da UTE, na forma de poluição do solo e da água, além da geração de odores.

No caso em exame, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre os entes federativos nas ações administrativas direcionadas à proteção ambiental, e a interpretação conforme a Constituição conferida a tais normas, a quem compete lavrar auto de infração ambiental?

- [A] Compete a qualquer órgão ou entidade no exercício da atribuição comum de fiscalização de atividades potencialmente poluidoras.
- [B] Compete ao órgão responsável pelo licenciamento, não excluída a atuação supletiva de outro ente federado, desde que comprovada omissão ou insuficiência na tutela fiscalizatória.
- [C] Compete ao órgão responsável pelo licenciamento, excluída a atuação fiscalizatória dos demais entes federativos.
- [D] Compete ao órgão ou entidade municipal, visto que a atuação do órgão estadual foi esgotada na concessão da licença ambiental e a obra é de interesse exclusivo do Município.

PROVA DISCURSIVA (REDAÇÃO)

Leia com atenção os textos de apoio.

I. O Brasil está a uma década do prazo para o cumprimento das metas impostas pelo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal 14.026/2020). Segundo o documento, 99% da população precisa ter acesso ao abastecimento de água potável e 90% da população deve ser assistida com serviços de coleta e tratamento de esgoto até 2033.

Ainda que em meio a grandes desafios, há por aqui capacidade técnica e soluções já testadas para áreas vulneráveis, que podem ser aproveitadas e potencializadas por todo país. O momento é de encarar o acesso ao saneamento básico como ele é: uma agenda prioritária, com potencial para ser o maior programa de inclusão social do Brasil, com capacidade de retirar mais de 35 milhões de pessoas da linha da pobreza e levar dignidade e desenvolvimento aos mais vulneráveis...

(Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/ acesso-ao-saneamento-basico-e-urgencia-social-no-brasil/>. Acesso em: 06/02/2025.)

II. É preciso entender que a aplicação de dinheiro em saneamento básico não é despesa, mas sim investimento. Aliás, o retorno pode ser visto nos números a seguir:

- cada real aplicado em saneamento gera 4 reais de economia em saúde;
- o custo de uma internação por infecção gastrointestinal é de 355,71 reais por paciente no SUS;
- a coleta universal de esgoto representaria 74,6 mil internações a menos em nosso país;
- 14 milhões de pessoas são afastadas do trabalho anualmente por diarreia ou vômito, ficando, em média, 3,32 dias longe das atividades;
- a universalização do saneamento tem potencial para criar 50 mil postos

(Disponível em: <https://blog.brkambiental.com.br/saude-saneamento-basico/>. Acesso em: 06/02/2025.)

III. O conceito de saneamento básico deixa clara sua importância para o desenvolvimento e crescimento sustentável das cidades, pois que influencia diretamente áreas significativas para a qualidade de vida da população. As manchetes a seguir, coletadas em agências ou órgãos competentes e idôneos (Agência Senado, Instituto TrataBrasil, Gov.br, Habitat para a humanidade Brasil), revelam um cenário lamentável a respeito do saneamento básico no Brasil.

Um cenário que não muda: no Brasil, 90 milhões de pessoas não têm acesso à coleta de esgoto

A ausência dos serviços básicos contribui para o aumento de doenças gastrointestinais, como viroses e diarreia, impactando a saúde e a qualidade de vida de milhões de brasileiros.

Surtos de virose e litorais contaminados: universalização do saneamento pode demorar até 2070

Acesso ao saneamento básico é urgência social no Brasil...

Brasil gasta milhões em saúde por falta de saneamento

Situação do saneamento básico ainda é 'catastrófica' no Brasil

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir de suas experiências e da leitura dos textos de apoio, produza um texto dissertativo argumentativo com o seguinte enfoque: **Tomando o saneamento básico como essencial para o desenvolvimento e crescimento sustentável das cidades, discuta duas áreas (exemplos: saúde, educação, turismo, valorização imobiliária, renda) que são fortemente impactadas pela falta de saneamento.**

Seu texto deve respeitar o gênero proposto, apresentar correção gramatical, coerência, coesão e argumentos pertinentes.

Observação: Não assine seu texto.

PÁGINA DE RASCUNHO

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

EM BRANCO



AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO – ARIS-MT

EDITAL N.º 01/2025 – ARIS-MT

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Questão	Alternativa
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão	Alternativa
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.